



ARTIGOS
TÉCNICOS

AGRICULTURA PAULISTA: DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CONFLITOS SOCIAIS

José Eduardo R. Veiga

1 – A GREVE DOS TRABALHADORES VOLANTES DE GUARIBA

A greve dos trabalhadores volantes de Guariba, no início de 1985, que acabou se estendendo por boa parte da região canavieira de Ribeirão Preto, deve ser entendida como resultado da conjunção de fatores importantes, que levaram à mobilização da categoria: um fator conjuntural, que foi a demissão de diretores — eleitos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais —, e fatores estruturais, consubstanciados na redução temporária de oferta de emprego na região no período de entressafra da cana-de-açúcar e na deterioração do salário.

Na tentativa de minorar essa situação, os trabalhadores já vinham se organizando, principalmente através dos seus sindicatos. No movimento iniciado este ano, reivindicaram piso salarial de Cr\$20.000/dia, estabilidade no emprego, solução para o caso dos desempregados, atendimento médico nas próprias usinas, salário equiparado ao dos homens para as mulheres, garantia de serviço para trabalhadores com mais de 50 anos e a readmissão dos sindicalistas. Deve-se salientar que o Sindicato de Guariba não tem a investidura sindical dada pelo Ministério do Trabalho (não é reconhecido) e pertence à extensão de Jaboticabal. Como agravante, há o fato de os diretores demitidos terem a carteira de trabalho registrada no município de Pradópolis, o que é um empecilho à sua sindicalização em Guariba. Se o fator conjuntural não foi origem do movimento, deve ser considerado como alimentador do processo.

Após avanços e retrocessos nas negociações entre trabalhadores e produtores de Guariba estabeleceu-se, pela primeira vez na história da relação entre o capital e o trabalho do setor rural em São Paulo, a negociação direta entre a Federação dos Agricultores do Estado de São Paulo (FAESP) e a Federação dos Trabalhadores do Estado de São Paulo (FETAESP).

O resultado das conversações mantidas foi a concretização do seguinte acordo, a vigorar a partir de 15 de janeiro: a) antecipação salarial de 2/3 da média do INPC dos últimos 4 meses, para todos os trabalhadores rurais; b) piso salarial de Cr\$12.000/dia para os cortadores de cana. Além disso, as duas Federações se comprometeram a iniciar negociações visando à convenção coletiva de trabalho para a próxima safra, com início previsto para maio.

Neste processo, os trabalhadores obtiveram um ganho político com a mudança de postura dos produtores, numa época pouco propícia às reivindicações, dada a redução da necessidade de trabalho em função do ciclo de operações da cana-de-açúcar. Paradoxal-

mente, se a redução da oferta de emprego foi um dos fatores geradores deste movimento social, o acordo firmado relativo ao pagamento (antecipação e piso salarial) faz referência apenas aos volantes empregados no período da entressafra, encobrendo o principal problema enfrentado pelos trabalhadores rurais, que é o desemprego sazonal. Quanto a esta questão, as duas Federações consideram como sendo do Estado e dos municípios a responsabilidade da solução do problema.

Os recentes acontecimentos de Guariba (DIRA de Ribeirão Preto), de ordem reivindicatória e política, devem ser analisados à luz das transformações estruturais ocorridas no interior da agricultura paulista, em particular na região, e da evolução política dos trabalhadores no trato de seus problemas trabalhistas.

No plano político, no qual não se pretende aprofundar, há que se considerar, por um lado, o fato de os sindicatos dos trabalhadores rurais terem se transformado — através do FUNRURAL — em órgãos meramente assistenciais (inclusive, ocupando o papel de previdência social) e, por outro lado, o pequeno número de trabalhadores sindicalizados, o que tem se constituído em causa e efeito do enfraquecimento sindical.

Recentemente, entretanto, a região de Guariba, nesse sentido, avançou na questão do fortalecimento dos seus sindicatos, desde que os volantes cortadores de cana, concededores das implicações sócio-econômicas da mudança no sistema de corte de cana-de-açúcar de 5 para 7 ruas, saíram-se vitoriosos — via sindicatos — ao reivindicarem a manutenção do antigo sistema e, paralelamente, o aumento das suas diárias. As conquistas de 1984 avalizaram, perante os trabalhadores, as funções dos sindicatos como órgãos de defesa de classe e foro de reivindicação e decisão coletiva.

2 – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CONFLITOS SOCIAIS

As modificações ocorridas na estrutura do emprego agrícola no Estado de São Paulo que, no limite, têm provocado a substituição do trabalhador permanente pelo temporário, são resultado principalmente do progresso técnico na agricultura, em função do processo de modernização geral da agricultura paulista nas últimas décadas e da mudança de composição da produção pela substituição de culturas chamadas “tradicionalis” por outras mais tecnificadas. A mudança da base técnica da produção agrícola altera a demanda pelo trabalhador, pois nas várias etapas do ciclo produtivo ocorre substituição de trabalho vivo pelo emprego de máquinas, equipamentos e insumos modernos. Quanto à composição das culturas, a quebra da sucessão de “picos” de demanda tem constituído, crescentemente, uma demanda temporária pelo trabalho, além deste concentrar-se, basicamente, nas atividades de capina e colheita.

Dentro deste contexto, a categoria dos trabalhadores residentes sofreu, principalmente na década de 70, uma profunda redução em favor dos volantes, o que pode ser aferido pelas taxas médias anuais de crescimento do uso de mão-de-obra no Estado de São Paulo (1970/71 — 1979/80) calculadas pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA): enquanto a taxa de variação da mão-de-obra residente foi de -5,92%, a dos volantes foi

de 1,91%. O crescimento da população trabalhadora volante veio acompanhado de uma carga de problemas intrínsecos a esta categoria: ausência, em geral, de carteira assinada (não são, portanto, "protegidos" pela legislação trabalhista), baixa remuneração, maior esforço físico (pagamento por produção/dia), más condições de trabalho, transporte, etc.

A expansão da cana-de-açúcar propiciada pelo Programa Nacional de Alcool (1975) — dos 750.200ha em 1971, alcançou 932.000ha em 1976, e 1.767.000ha em 1984 no Estado, via incorporação de áreas de outras atividades agrícolas — acentuou sobremaneira esta sazonalidade —, pois, a cana demanda mão-de-obra volante preponderantemente na colheita (estimativa da exigência em dias/homem de 3-5 na carpa manual e 9-17 no corte, por hectare).

3 — A REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

No plano estrutural, a DIRA de Ribeirão Preto passou por profundas alterações das relações de trabalho, em função, principalmente, da expansão de produtos modernos — soja, laranja e cana — viabilizada pela substituição de outros produtos. A laranja e a cana reforçam a sazonalidade do emprego, enquanto a soja, ao expandir-se, tem como reflexo a liberação da mão-de-obra comum, dada a sua necessidade no emprego da mão-de-obra ao redor de 1 D/H. Para que se avalie a dimensão dessas transformações, vale observar o efeito-substituição atribuído a estes produtos na DIRA de Ribeirão Preto, no período 1975-83 (quadro 1).

Algumas conseqüências importantes decorrem dessa transformação. Em primeiro lugar, é possível que tenha havido uma elevação no nível total de emprego na região, posto que as áreas de pastagem, com limitada utilização da mão-de-obra comum, foram as mais cedidas. Por outro lado, o conjunto das lavouras que mais cederam lugar à soja, à laranja e à cana-de-açúcar detém a capacidade de distribuição das necessidades de mão-de-obra durante todo o ciclo produtivo ⁽¹⁾.

Esse processo magnificou os problemas relacionados com o emprego na região, na medida em que concentrou a mão-de-obra em poucas culturas e transformou a mão-de-obra permanente em temporária. De fato, o número de trabalhadores volantes na DIRA de Ribeirão Preto, que era de cerca de 67 mil no início da década de 70, dobrou ao final da década.

Com os movimentos reivindicatórios da região de Ribeirão Preto se relacionam principalmente com a lavoura da cana-de-açúcar, vale frisar a evolução deste produto na região, no período 1970-84. O aumento da área plantada, mostrada no quadro 2, reforça a compreensão da crescente demanda pelo trabalhador volante, pois, como foi dito, se a cana-de-açúcar eleva o nível de emprego, o faz concentrando a demanda em poucas operações.

⁽¹⁾ Ver o trabalho de Gatti, Elcio U. *Política agrícola e a composição da produção e utilização da mão-de-obra na agricultura paulista na década de 70*. São Paulo, FEA/USP, 1984, 181p. (Tese - Mestrado)

QUADRO 1. - Efeito Substituição entre Culturas Agrícolas na DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, 1975-83

Produtos que incorporaram área	Produtos que cederam área								Total
	Pastagem	Arroz	Milho	Algodão	Amendoim das águas	Mamona	Tomate rasteiro	Limão e Tangerina	
Cana	208.316	50.745	10.840	10.103	5.238	2.235	2.030	382	289.900
Soja	50.982	12.419	2.653	2.373	1.282	547	499	93	70.949
Laranja	49.170	11.978	2.559	2.385	1.236	527	481	90	68.426

Fonte: Camargo, Ana M.M.P. *Substituição regional entre as principais atividades agrícolas no Estado de São Paulo*. Piracicaba, ESALQ/USP, 1983. 236p. (Tese - Mestrado)

QUADRO 2. - Evolução da Área da Cana-de-Açúcar, Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, 1970 a 1984
(em hectare)

Ano	Área
1970	237.160
1975	300.000
1980	508.000
1984	656.600

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

4 – A QUESTÃO SALARIAL

Outro aspecto importante, presente nas reivindicações dos trabalhadores volantes da região de Ribeirão Preto, refere-se à questão salarial. Neste sentido, torna-se fundamental a apreciação da porcentagem de participação da mão-de-obra nos custos de produção e no preço médio recebido pelo produtor por tonelada de produto colhido, para que se observe o peso relativo do item "mão-de-obra" no custo total de produção (quadro 3).

QUADRO 3. - Participação da Mão-de-Obra Volante no Custo Operacional Total e no Preço Médio Recebido, Cultura da Cana-de-Açúcar, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safras 1982/83 e 1983/84

(em porcentagem)

Safra	Participação da mão-de-obra no custo operacional total (todas operações)	Participação da mão-de-obra volante no custo operacional total (colheita)	Participação da mão-de-obra volante no preço médio recebido/tonelada
1981/82	20%	13%	13%
1982/83	17%	11%	12 %
1983/84	17%	11%	13%
1984/85	15%	...	13%

Fonte: Prognóstico Agrícola (IEA).

Saliente-se que a primeira coluna do quadro 3 corresponde à toda a mão-de-obra envolvida durante o processo produtivo, exceto na colheita (mão-de-obra comum e operações de máquinas). Cabe ressaltar que o custo da operação da colheita envolve o desembolso total do produtor, incluindo a intermediação na contratação dos volantes.

5 – OBSERVAÇÃO FINAL

Finalmente, ressalte-se que, das questões discutidas neste texto, deve-se apreender que a cana-de-açúcar é efetivamente a lavoura que tem provocado as maiores alterações das relações de trabalho na agricultura paulista. Pode-se afirmar, com segurança, que esta cultura é a catalisadora dos movimentos sociais, que têm sido freqüentes na região de Ribeirão Preto, pois, contraditoriamente, é ao mesmo tempo aquela que gera mais emprego e mais desemprego. Obviamente, por ter atraído para as suas áreas de plantio grande massa de trabalhadores volantes, só poderiam mesmo vir a ser o palco de sérios conflitos nos momentos de entressafra. E a Resolução nº 7/80, de 18/07/80, do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que estabelece normas para a prestação de assistência social aos trabalhadores das usinas e fornecedores, e que poderia em parte (de forma subsidiária) atenuar a crise monetária dos desempregados da entressafra, não tem sido acionada no atendimento dos interesses dos trabalhadores.